



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6ª REGIÃO

ATA DE REUNIÃO PLENÁRIA

ATA 2.505ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas e quinze minutos, realizou-se a segunda milésima quingentésima quinta reunião Plenária Extraordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, virtualmente, por meio da plataforma Google Meet, conforme convocação expressa no Memorando-Circular nº 156/2025/06-SEC/06-DIRET. Participaram 10 (dez) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e suplentes, a seguir indicadas/os: Ana Tereza da Silva Marques, Dreyf de Assis Gonçalves, Eduardo de Menezes Pedroso, Ione Aparecida Xavier, Janaina Darli Duarte Simão, Maria da Glória Calado, Maria da Piedade Romeiro de Araujo Melo, Marta Eliane de Lima, Mônica Cintrão França Ribeiro e Talita Fabiano de Carvalho. **ORDEM DO DIA: I) VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM – 1.1) Justificativas de Ausência** – Apresentam-se as justificativas de ausência das/os conselheiras/os efetivas/os Camila Andrade de Oliveira, Carlos Eduardo Mendes, Davi Rodriguez Ruivo Fernandes, Magna Barboza Damasceno e Mayara Aparecida Bonora Freire e das/os conselheiras/os suplentes Giseli de Fatima Assoni, Leonardo Maggi Gambatto e Wilson Flávio Lourenço Nogueira. **Encaminhamento:** As justificativas de ausência foram acolhidas pelo Plenário. **1.2) Conselheiras/os não justificadas/os** – Nos termos do Art. 74, inciso IV da Resolução CFP n. 05/23 (Regimento Interno CRP SP), a conselheira suplente Gabriela Alvim de Oliveira Freitas não participou do quórum desta sessão plenária extraordinária e não apresentou justificativa de ausência. **II) RELATÓRIO ORÇAMENTÁRIO** – Em consonância à deliberação da 2.496ª Plenária Ordinária, realizada em 19 de julho de 2025, que aprovou as duas propostas de reajustes a serem submetidas à Assembleia, agendada para ocorrer no próximo dia 15 de agosto de 2025, a presente sessão extraordinária destina-se exclusivamente à apresentação do Relatório Orçamentário ao Pleno. O Assessor Temático Elias Francisco de Assis iniciou a apresentação do Relatório Orçamentário, destacando as principais despesas que impactaram o orçamento do exercício de 2024. Entre elas, ressaltam-se: as nomeações dos concursos públicos de 2022 e 2023, com o ingresso de 65 (sessenta e cinco) novas/os trabalhadoras/es distribuídas/os nas 11 (onze) subsedes e na sede do CRP SP; a realização de cerca de 280 (duzentos e oitenta) eventos orientativos e de oito Pré-COREPSIs; o pagamento dos dissídios trabalhistas de 2021 e 2022 que somaram mais de R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) em verbas indenizatórias retroativas; a implantação da ferramenta Chatbot e Plataforma Moodle visando a melhoria do atendimento à categoria; instalação da nova Sede na Rua Teodoro Sampaio; as reformas estruturais nas Subsedes de Ribeirão Preto e Vale do Paraíba e Litoral Norte. **2.1) Relatório Comparativo das Despesas planejadas e realizadas durante o triênio 2022-2024.** Para o exercício de 2022, previu-se uma receita de R\$

47.493.952,64, enquanto a **despesa total** realizada no período foi **de R\$ 51.786.154,30**. No comparativo entre os valores planejados e os efetivamente realizados, observa-se que, para as Atividades Meio/Funcional, foi previsto o montante de R\$ 8.393.965,44, distribuído da seguinte forma: R\$ 5.443.697,50 para a área Administrativa, R\$ 1.076.487,51 para Consultoria e R\$ 1.873.780,43 para Tecnologia da Informação. Os valores efetivamente realizados nessas áreas foram: R\$ 5.060.948,30 para Administrativo, R\$ 822.554,06 para Consultoria e R\$ 2.187.387,85 para Tecnologia da Informação, totalizando R\$ 8.070.890,21 executados em Atividades Meio/Funcional. No que se refere à Atividade Finalística, previu-se o total de R\$ 2.605.623,95, sendo R\$ 1.688.136,96 destinados a Ações Precípuas/PES e R\$ 917.486,99 para Comunicação, não tendo sido definidos valores específicos para Apoio e Parcerias. Os valores efetivamente realizados foram de R\$ 1.359.205,99 em Ações Precípuas/PES e R\$ 1.382.964,25 em Comunicação, totalizando R\$ 2.742.170,24 executados em Atividade Finalística. No que se refere às transferências ao Conselho Federal de Psicologia, foram previstos R\$ 12.329.635,99, tendo sido efetivamente transferidos R\$ 13.616.572,28. Para a folha de pagamento, previu-se o montante de R\$ 22.895.377,61, distribuído da seguinte forma: R\$ 4.808.003,77 para Benefícios, R\$ 3.269.247,58 para Obrigações Patronais e R\$ 14.818.126,26 para Ordenados e Salários. Os valores efetivamente realizados foram: R\$ 6.152.881,95 com Benefícios, R\$ 3.051.118,12 com Obrigações Patronais e R\$ 16.513.802,42 com Ordenados e Salários, totalizando R\$ 25.717.802,49 em despesas com a folha. Em relação aos investimentos, previu-se o valor de R\$ 1.234.714,00, sendo R\$ 909.000,00 destinados a Obras e Benfeitorias e R\$ 325.714,00 para Aquisições. Os valores efetivamente realizados foram de R\$ 1.164.780,07 em Obras e Benfeitorias e R\$ 152.184,94 em Aquisições, totalizando R\$ 1.316.965,01 em investimentos. Para Outras Despesas, foi previsto o total de R\$ 34.635,65, integralmente destinado a Dissídios e Indenizações, não havendo previsão específica para Reserva de Contingência. Contudo, os valores efetivamente realizados foram de R\$ 306.395,43 com Dissídios e Indenizações e R\$ 15.358,64 com Reserva de Contingência, totalizando R\$ 321.754,07 em Outras Despesas. **Para o exercício de 2023**, foi prevista uma **receita de R\$ 51.680.083,79**, tendo sido registrada uma **despesa total de R\$ 51.291.499,32** no período. No comparativo entre os valores planejados e os efetivamente realizados para as Atividades Meio/Funcional no exercício de 2023, previu-se o total de R\$ 9.542.086,78, distribuído da seguinte forma: R\$ 7.219.245,48 para a área Administrativa, R\$ 1.192.001,08 para Consultoria e R\$ 1.130.840,22 para Tecnologia da Informação. Os valores efetivamente realizados foram: R\$ 5.857.304,38 com Administrativo, R\$ 843.053,22 com Consultoria e R\$ 1.471.009,52 com Tecnologia da Informação, totalizando R\$ 8.171.367,12 em Atividades Meio/Funcional. Para a Atividade Finalística, no exercício de 2023, foi previsto o montante de R\$ 4.637.492,76, distribuído em R\$ 2.466.450,15 para Ações Precípuas/PES e R\$ 2.171.042,61 para Comunicação, sem previsão específica de valores para Apoio e Parcerias. Os valores efetivamente realizados foram de R\$ 2.805.345,65 em Ações Precípuas/PES e R\$ 1.108.281,64 em Comunicação, totalizando R\$ 3.913.627,29 em Atividade Finalística. Em relação às transferências ao Conselho Federal de Psicologia, foi previsto o montante de R\$ 13.271.524,43, tendo sido efetivamente transferidos R\$ 13.887.366,78. Para a folha de pagamento no exercício de 2023, foi previsto o montante de R\$ 22.276.661,75, distribuído da seguinte forma: R\$ 5.551.114,84 para Benefícios, R\$ 3.170.500,01 para Obrigações Patronais e R\$ 13.555.046,90 para Ordenados e Salários. Os valores efetivamente realizados foram: R\$ 6.378.588,21 com

Benefícios, R\$ 3.627.339,98 com Obrigações Patronais e R\$ 14.540.447,99 com Ordenados e Salários, totalizando R\$ 24.546.376,18 em despesas com a folha de pagamento. Para a categoria de Investimentos, no exercício de 2023, foi previsto o total de R\$ 1.842.714,00, sendo R\$ 1.820.000,00 destinados a Obras e Benfeitorias e R\$ 22.714,00 para Aquisições. Os valores efetivamente realizados foram de R\$ 80.610,26 com Obras e Benfeitorias e R\$ 289.794,32 com Aquisições, totalizando R\$ 370.404,58 em despesas com Investimentos. Para a categoria de Outras Despesas, no exercício de 2023, foi previsto o montante de R\$ 109.604,07, integralmente destinado a Dissídios e Indenizações, não havendo previsão específica para Reserva de Contingência. Os valores efetivamente realizados com Dissídios e Indenizações totalizaram R\$ 402.357,37, correspondendo ao valor total executado na categoria de Outras Despesas. Para o **exercício de 2024**, foi prevista uma despesa total de **R\$ 73.658.216,99**, tendo sido efetivamente realizadas despesas no montante de **R\$ 73.098.837,22**. No comparativo entre os valores planejados e os efetivamente realizados para as Atividades Meio/Funcional no exercício de 2024, foi previsto o montante de R\$ 14.566.837,07, distribuído da seguinte forma: R\$ 10.775.200,07 para a área Administrativa, R\$ 910.000,00 para Consultoria e R\$ 2.881.637,00 para Tecnologia da Informação. Os valores efetivamente realizados foram: R\$ 10.215.331,88 com Administrativo, R\$ 718.655,75 com Consultoria e R\$ 1.692.725,66 com Tecnologia da Informação, totalizando R\$ 12.626.713,29 em Atividades Meio/Funcional. Para a Atividade Finalística no exercício de 2024, foi previsto o montante de R\$ 5.993.763,00, distribuído da seguinte forma: R\$ 3.839.763,00 para Ações Precípuas/PES, R\$ 1.974.000,00 para Comunicação e R\$ 180.000,00 para Apoio e Parcerias. Os valores efetivamente realizados foram: R\$ 4.092.532,29 em Ações Precípuas/PES e R\$ 1.056.103,49 em Comunicação, totalizando R\$ 5.148.635,78 em Atividade Finalística. Em relação às transferências ao Conselho Federal de Psicologia, no exercício de 2024, foi previsto o montante de R\$ 17.042.979,00, tendo sido efetivamente transferidos R\$ 18.260.923,66. Para a folha de pagamento no exercício de 2024, foi previsto o total de R\$ 29.690.636,33, distribuído da seguinte forma: R\$ 7.634.000,00 para Benefícios, R\$ 4.302.000,00 para Obrigações Patronais e R\$ 17.754.636,33 para Ordenados e Salários. Os valores efetivamente realizados foram: R\$ 8.452.600,46 em Benefícios, R\$ 4.267.958,40 em Obrigações Patronais e R\$ 14.462.919,86 em Ordenados e Salários, totalizando R\$ 27.183.478,72 em despesas com a folha de pagamento. Para a categoria de Investimentos, no exercício de 2024, foi previsto o montante de R\$ 2.220.000,00, sendo R\$ 1.800.000,00 destinados a Obras e Benfeitorias e R\$ 420.000,00 para Aquisições. Os valores efetivamente realizados referem-se exclusivamente a Aquisições, totalizando R\$ 274.029,72 em despesas com Investimentos. Para a categoria de Outras Despesas, no exercício de 2024, foi previsto o montante de R\$ 4.144.001,59, distribuído em R\$ 1.644.001,59 para Dissídios e Indenizações e R\$ 2.500.000,00 para Reserva de Contingência. Os valores efetivamente realizados referem-se a Dissídios e Indenizações, totalizando R\$ 9.605.056,05, correspondendo ao total executado na categoria de Outras Despesas. **2.2) Relatório de Arrecadação relativo ao triênio 2022-2024.** Para o **exercício de 2022**, foi prevista receita corrente no valor de **R\$ 47.493.952,64** (quarenta e sete milhões, quatrocentos e noventa e três mil, novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), **totalizando receita do período de R\$ 52.800.936,48** (cinquenta e dois milhões, oitocentos mil, novecentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos). No **comparativo entre o previsto e o efetivamente arrecadado**, foram estimados R\$ 45.682.979,32 (quarenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e

dois mil, novecentos e setenta e nove reais e trinta e dois centavos) em Receita de Contribuições, distribuídos em R\$ 36.165.048,00 (trinta e seis milhões, cento e sessenta e cinco mil e quarenta e oito reais) referentes à Anuidade do Exercício; R\$ 5.763.870,44 (cinco milhões, setecentos e sessenta e três mil, oitocentos e setenta reais e quarenta e quatro centavos) provenientes de Cobrança Administrativa; e R\$ 3.754.060,88 (três milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, sessenta reais e oitenta e oito centavos) oriundos de Dívida Ativa. Os valores efetivamente arrecadados foram: R\$ 36.721.278,21 (trinta e seis milhões, setecentos e vinte e um mil, duzentos e setenta e oito reais e vinte e um centavos) em Anuidades do Exercício; R\$ 8.286.459,95 (oito milhões, duzentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e noventa e cinco centavos) em Cobrança Administrativa; e R\$ 1.330.176,22 (um milhão, trezentos e trinta mil, cento e setenta e seis reais e vinte e dois centavos) em Dívida Ativa, totalizando R\$ 46.337.914,38 (quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e sete mil, novecentos e quatorze reais e trinta e oito centavos) em Receita de Contribuições. Em Receita Patrimonial, foi prevista arrecadação no montante de R\$ 346.290,14 (trezentos e quarenta e seis mil, duzentos e noventa reais e quatorze centavos), composta por R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em Aplicações na Poupança e R\$ 326.290,14 (trezentos e vinte e seis mil, duzentos e noventa reais e quatorze centavos) em Aplicações Financeiras. Os valores efetivamente arrecadados foram de R\$ 9.918,67 (nove mil, novecentos e dezoito reais e sessenta e sete centavos) em Aplicações na Poupança e R\$ 3.778.460,23 (três milhões, setecentos e setenta e oito mil, quatrocentos e sessenta reais e vinte e três centavos) em Aplicações Financeiras, totalizando R\$ 3.788.378,90 (três milhões, setecentos e oitenta e oito mil, trezentos e setenta e oito reais e noventa centavos) em Receita Patrimonial. Em Receita de Serviços, foi prevista arrecadação no valor de R\$ 611.169,20 (seiscentos e onze mil, cento e sessenta e nove reais e vinte centavos), sendo efetivamente arrecadados R\$ 678.683,63 (seiscentos e setenta e oito mil, seiscentos e oitenta e três reais e sessenta e três centavos). Em Transferência Corrente, previu-se arrecadação de R\$ 723.626,00 (setecentos e vinte e três mil, seiscentos e vinte e seis reais), tendo sido efetivamente arrecadados R\$ 1.841.196,76 (um milhão, oitocentos e quarenta e um mil, cento e noventa e seis reais e setenta e seis centavos). Em Outras Receitas Correntes, a previsão de arrecadação foi de R\$ 129.887,98 (cento e vinte e nove mil, oitocentos e oitenta e sete reais e noventa e oito centavos), composta integralmente por R\$ 129.887,98 (cento e vinte e nove mil, oitocentos e oitenta e sete reais e noventa e oito centavos) em Juros e Multas, não havendo previsão para Outras Indenizações. Foram arrecadados efetivamente R\$ 103.152,71 (cento e três mil, cento e cinquenta e dois reais e setenta e um centavos) com Multas e Juros, e R\$ 51.610,10 (cinquenta e um mil, seiscentos e dez reais e dez centavos) com Outras Indenizações, totalizando R\$ 154.762,81 (cento e cinquenta e quatro mil, setecentos e sessenta e dois reais e oitenta e um centavos) em Outras Receitas Correntes. Na categoria Receita de Capital, composta por Alienações e Operações, não foram observados registros de arrecadação no exercício. O conselheiro tesoureiro, Eduardo de Menezes Pedroso, destacou que o total arrecadado em 2022, no valor de R\$ 52.800.936,48 (cinquenta e dois milhões, oitocentos mil, novecentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos), superou em aproximadamente quatro milhões de reais o montante inicialmente previsto, de R\$ 47.493.952,64 (quarenta e sete milhões, quatrocentos e noventa e três mil, novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e quatro centavos). Quanto à origem das receitas, explicou que a Receita de Serviços é oriunda, principalmente, da CIP. Para o **exercício de 2023**, foi **prevista receita corrente no valor**

de R\$ 51.680.082,79 (cinquenta e um milhões, seiscentos e oitenta mil, oitenta e dois reais e setenta e nove centavos), tendo a **Receita Total do período alcançado R\$ 57.747.243,27** (cinquenta e sete milhões, setecentos e quarenta e sete mil, duzentos e quarenta e três reais e vinte e sete centavos). No **comparativo entre o previsto e o efetivamente arrecadado**, foram estimados R\$ 47.471.187,76 (quarenta e sete milhões, quatrocentos e setenta e um mil, cento e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos) em Receita de Contribuições, distribuídos da seguinte forma: R\$ 39.153.930,00 (trinta e nove milhões, cento e cinquenta e três mil, novecentos e trinta reais) em Anuidade do Exercício; R\$ 6.612.735,55 (seis milhões, seiscentos e doze mil, setecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) em Cobrança Administrativa; e R\$ 1.704.522,12 (um milhão, setecentos e quatro mil, quinhentos e vinte e dois reais e doze centavos) em Dívida Ativa. Os valores efetivamente arrecadados foram: R\$ 39.442.753,03 (trinta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, setecentos e cinquenta e três reais e três centavos) em Anuidades do Exercício; R\$ 8.975.900,19 (oito milhões, novecentos e setenta e cinco mil, novecentos reais e dezenove centavos) em Cobrança Administrativa; e R\$ 975.478,36 (novecentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e oito reais e trinta e seis centavos) em Dívida Ativa, totalizando R\$ 49.394.131,58 (quarenta e nove milhões, trezentos e noventa e quatro mil, cento e trinta e um reais e cinquenta e oito centavos) em Receita de Contribuições. Em Receita Patrimonial, foi prevista arrecadação no valor de R\$ 1.084.632,71 (um milhão, oitenta e quatro mil, seiscentos e trinta e dois reais e setenta e um centavos), composta por R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em Aplicações na Poupança e R\$ 1.064.632,71 (um milhão, sessenta e quatro mil, seiscentos e trinta e dois reais e setenta e um centavos) em Aplicações Financeiras. Foram efetivamente arrecadados R\$ 10.744,06 (dez mil, setecentos e quarenta e quatro reais e seis centavos) em Aplicações na Poupança e R\$ 4.472.730,03 (quatro milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, setecentos e trinta reais e três centavos) em Aplicações Financeiras, totalizando R\$ 4.483.474,09 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e nove centavos) em Receita Patrimonial. Em Receita de Serviços, foi prevista arrecadação no valor de R\$ 1.360.006,47 (um milhão, trezentos e sessenta mil, seis reais e quarenta e sete centavos), tendo sido efetivamente arrecadados R\$ 1.302.702,07 (um milhão, trezentos e dois mil, setecentos e dois reais e sete centavos). Em Transferência Corrente, previu-se arrecadação no valor de R\$ 961.449,34 (novecentos e sessenta e um mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos), tendo sido efetivamente arrecadados R\$ 1.631.922,18 (um milhão, seiscentos e trinta e um mil, novecentos e vinte e dois reais e dezoito centavos). Em Outras Receitas Correntes, previu-se arrecadação no valor de R\$ 802.806,51 (oitocentos e dois mil, oitocentos e seis reais e cinquenta e um centavos), composta por R\$ 224.053,86 (duzentos e vinte e quatro mil, cinquenta e três reais e oitenta e seis centavos) em Juros/Multas; R\$ 508.752,65 (quinhentos e oito mil, setecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos) em Atualização Monetária; e R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) em Outras Indenizações e Restituições. Foram efetivamente arrecadados R\$ 162.816,68 (cento e sessenta e dois mil, oitocentos e dezesseis reais e sessenta e oito centavos) em Juros/Multas; R\$ 708.724,70 (setecentos e oito mil, setecentos e vinte e quatro reais e setenta centavos) em Atualização Monetária; e R\$ 63.471,97 (sessenta e três mil, quatrocentos e setenta e um reais e noventa e sete centavos) em Outras Indenizações, totalizando R\$ 935.013,35 (novecentos e trinta e cinco mil, treze reais e trinta e cinco centavos) em Outras Receitas Correntes. Em Receita de Capital, composta por

Alienações e Operações, não havia previsão de arrecadação. No entanto, arrecadou-se efetivamente o montante de R\$ 3.339.250,00 (três milhões, trezentos e trinta e nove mil, duzentos e cinquenta reais), decorrente da alienação de imóvel localizado na capital do Estado de São Paulo. Para o **exercício de 2024**, foi **prevista receita corrente no valor de R\$ 70.938.217,99** (setenta milhões, novecentos e trinta e oito mil, duzentos e dezessete reais e noventa e nove centavos), sendo a **Receita Total do período de R\$ 77.891.550,59** (setenta e sete milhões, oitocentos e noventa e um mil, quinhentos e cinquenta reais e cinquenta e nove centavos). No **comparativo entre o planejado e o efetivamente arrecadado**, foram previstos R\$ 63.533.026,37 (sessenta e três milhões, quinhentos e trinta e três mil, vinte e seis reais e trinta e sete centavos) de Receita de Contribuições, compostas por R\$ 54.333.021,00 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e trinta e três mil e vinte e um reais) referentes à Anuidade do Exercício; R\$ 7.476.752,29 (sete milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, setecentos e cinquenta e dois reais e vinte e nove centavos) provenientes de Cobrança Administrativa; e R\$ 1.723.253,08 (um milhão, setecentos e vinte e três mil, duzentos e cinquenta e três reais e oito centavos) relativos à Dívida Ativa. Foram efetivamente arrecadados R\$ 51.632.019,72 (cinquenta e um milhões, seiscentos e trinta e dois mil, dezenove reais e setenta e dois centavos) em Anuidades do Exercício; R\$ 14.582.484,28 (quatorze milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e vinte e oito centavos) em Cobrança Administrativa; e R\$ 42.020,37 (quarenta e dois mil, vinte reais e trinta e sete centavos) em Dívida Ativa, totalizando R\$ 66.256.524,37 (sessenta e seis milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e vinte e quatro reais e trinta e sete centavos) arrecadados com Receita de Contribuições. Em Receita Patrimonial, foi prevista a arrecadação de R\$ 2.741.736,79 (dois milhões, setecentos e quarenta e um mil, setecentos e trinta e seis reais e setenta e nove centavos), composta por R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) em Aplicações em Poupança e R\$ 2.701.736,79 (dois milhões, setecentos e um mil, setecentos e trinta e seis reais e setenta e nove centavos) em Aplicações Financeiras. Foram efetivamente arrecadados R\$ 9.713,43 (nove mil, setecentos e treze reais e quarenta e três centavos) em Aplicações em Poupança e R\$ 4.752.814,72 (quatro milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e quatorze reais e setenta e dois centavos) em Aplicações Financeiras, totalizando R\$ 4.762.528,15 (quatro milhões, setecentos e sessenta e dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e quinze centavos) arrecadados com Receita Patrimonial. Em Receita de Serviços, foi prevista a arrecadação de R\$ 3.338.889,16 (três milhões, trezentos e trinta e oito mil, oitocentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos), sendo efetivamente arrecadados R\$ 2.564.218,29 (dois milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, duzentos e dezoito reais e vinte e nove centavos). Em Receita de Serviços, foi prevista a arrecadação de R\$ 3.338.889,16 (três milhões, trezentos e trinta e oito mil, oitocentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos), sendo efetivamente arrecadados R\$ 2.564.218,29 (dois milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, duzentos e dezoito reais e vinte e nove centavos). Em Transferência Corrente, não foram observados valores monetários de arrecadação. Em Outras Receitas Correntes, previu-se a arrecadação de R\$ 1.324.565,67 (um milhão, trezentos e vinte e quatro mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e sessenta e sete centavos), composta por R\$ 1.127.165,74 (um milhão, cento e vinte e sete mil, cento e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos) em Juros/Multas, R\$ 197.399,93 (cento e noventa e sete mil, trezentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos) em Atualização Monetária, sem previsão de receita com Outras Indenizações e Restituições; sendo

efetivamente arrecadados R\$ 4.272.692,35 (quatro milhões, duzentos e setenta e dois mil, seiscentos e noventa e dois reais e trinta e cinco centavos) com Multas/Juros, R\$ 1.996,64 (mil, novecentos e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos) em Atualização Monetária e R\$ 33.590,79 (trinta e três mil, quinhentos e noventa reais e setenta e nove centavos) com Outras Indenizações, totalizando uma arrecadação de R\$ 4.308.279,78 (quatro milhões, trezentos e oito mil, duzentos e setenta e nove reais e setenta e oito centavos). Em Receita de Capital, foi prevista a arrecadação de R\$ 2.220.000,00 (dois milhões, duzentos e vinte mil reais), provenientes de Alienações e Operações. O conselheiro tesoureiro explicou que o valor arrecadado foi superior ao planejado, em grande parte, devido à ampliação da arrecadação por meio de cobrança administrativa, receitas oriundas de aplicações financeiras, entre outros fatores. Ressaltou que a cobrança administrativa refere-se aos valores devidos por profissionais psicólogas, cuja recuperação foi significativamente potencializada por diversas ações implementadas. Entre essas ações, destacam-se: a implantação da Unidade Administrativa de Cobrança; o envio de notificações de débitos por meio dos Correios e por e-mail, com respaldo legal; campanhas de renegociação de dívidas; a disponibilização de novas soluções de pagamento, como PIX e cartão de crédito/débito; a possibilidade de parcelamentos mais extensivos; a retomada do cadastramento de inadimplentes na Dívida Ativa; e a realização anual de mutirões de Reclamação Pré-Processual (RPP), em parceria com o TRF3. O conselheiro Eduardo de Menezes Pedroso reforçou, ainda, a importância da responsabilidade institucional desta Autarquia quanto à cobrança do tributo federal junto à categoria, enfatizando que tais medidas não apenas buscam a recuperação de receitas, mas também visam facilitar o cumprimento das obrigações por parte das/os profissionais, por meio de alternativas acessíveis de pagamento. Por fim, destacou-se que o aumento na arrecadação demonstra o compromisso da categoria com as atividades e finalidades do Conselho.

2.3) Comparativo de Arrecadação versus Despesa no triênio 2022-2025. A apresentação prossegue com uma tabela comparativa entre a arrecadação, as despesas e os resultados dos exercícios referentes ao triênio em análise. No **exercício de 2022**, a Receita Realizada foi de R\$ 52.800.936,48 (cinquenta e dois milhões, oitocentos mil, novecentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos), enquanto a Despesa Realizada totalizou R\$ 51.786.154,30 (cinquenta e um milhões, setecentos e oitenta e seis mil, cento e cinquenta e quatro reais e trinta centavos), resultando em um *Resultado do Exercício* de R\$ 1.014.782,18 (um milhão, quatorze mil, setecentos e oitenta e dois reais e dezoito centavos). No **exercício de 2023**, a Receita Realizada atingiu o montante de R\$ 61.086.493,27 (sessenta e um milhões, oitenta e seis mil, quatrocentos e noventa e três reais e vinte e sete centavos), ao passo que a Despesa Realizada foi de R\$ 51.291.499,32 (cinquenta e um milhões, duzentos e noventa e um mil, quatrocentos e noventa e nove reais e trinta e dois centavos), resultando em um *superávit* de R\$ 9.794.993,95 (nove milhões, setecentos e noventa e quatro mil, novecentos e noventa e três reais e noventa e cinco centavos). Em **2024**, a Receita Realizada foi de R\$ 77.891.550,59 (setenta e sete milhões, oitocentos e noventa e um mil, quinhentos e cinquenta reais e cinquenta e nove centavos), enquanto a Despesa Realizada totalizou R\$ 73.098.837,22 (setenta e três milhões, noventa e oito mil, oitocentos e trinta e sete reais e vinte e dois centavos), resultando em um *superávit* de R\$ 4.792.713,37 (quatro milhões, setecentos e noventa e dois mil, setecentos e treze reais e trinta e sete centavos). No **exercício de 2025**, a Receita Realizada até julho foi de R\$ 68.627.600,92 (sessenta e oito milhões, seiscentos e vinte e sete mil e seiscentos reais e noventa e dois

centavos), enquanto a Despesa Realizada no mesmo período foi de R\$ 55.231.470,35 (cinquenta e cinco milhões, duzentos e trinta e um mil, quatrocentos e setenta reais e trinta e cinco centavos). O conselheiro tesoureiro, Eduardo de Menezes Pedroso, ressaltou que, durante o triênio 2022-2025, o CRP SP não apresentou prejuízos. Destacou ainda que não é possível estimar o resultado total para o exercício de 2025, uma vez que ainda restam cinco meses para o encerramento do ano. Em relação ao *superávit*, o conselheiro tesoureiro destacou que os resultados positivos são consequência de ações de cobrança cada vez mais eficazes, as quais têm contribuído para o aumento da arrecadação e para a redução dos índices de inadimplência.

2.4) Quadro de Projeção de Despesas para o exercício de 2026. Dando continuidade à apresentação, foi exibido o Quadro de Projeção de Despesas para o exercício de 2026, sendo ressaltado que o orçamento para o referido ano aguarda a aprovação das anuidades pela Assembleia. O cálculo das despesas considerou dois possíveis cenários para o exercício de 2026, os quais poderão sofrer pequenas alterações, a depender da proposta de reajuste das anuidades que vier a ser aprovada pela Assembleia, conforme será apresentado posteriormente. No Cenário I, o orçamento total previsto é de R\$ 92.546.939,43 (noventa e dois milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, novecentos e trinta e nove reais e quarenta e três centavos), enquanto no Cenário II o valor estimado é de R\$ 92.951.712,49 (noventa e dois milhões, novecentos e cinquenta e um mil, setecentos e doze reais e quarenta e nove centavos). Essa pequena diferença acarretará alterações apenas nas rubricas Transferências ao CFP e Outras Despesas - especificamente na Reserva de Contingência -, **permanecendo inalterados os valores destinados a Apoio Funcional, Atividade Finalística, Folha de Pagamento e Investimentos**. Para a rubrica **Transferências ao CFP**, projetou-se, no Cenário I, o valor de R\$ 20.899.395,00 (vinte milhões, oitocentos e noventa e nove mil, trezentos e noventa e cinco reais), e, no Cenário II, o montante de R\$ 21.288.638,00 (vinte e um milhões, duzentos e oitenta e oito mil, seiscentos e trinta e oito reais). Projetou-se para a rubrica **Outras Despesas**, no Cenário I, o valor de R\$ 2.527.244,39 (dois milhões, quinhentos e vinte e sete mil, duzentos e quarenta e quatro reais e trinta e nove centavos), composto por R\$ 882.244,39 (oitocentos e oitenta e dois mil, duzentos e quarenta e quatro reais e trinta e nove centavos) destinados à Reserva de Contingência e R\$ 1.645.000,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e cinco mil reais) para Dissídios e Indenizações. No Cenário II, projetou-se o montante de R\$ 2.542.774,45 (dois milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), composto por R\$ 897.774,45 (oitocentos e noventa e sete mil, setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos) para Reserva de Contingência e R\$ 1.645.000,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e cinco mil reais) para Dissídios e Indenizações. Conforme mencionado anteriormente, as demais despesas permanecem inalteradas nos Cenários I e II. Assim, para a rubrica **Apoio Funcional** projetou-se o montante de R\$ 19.011.817,41 (dezenove milhões, onze mil, oitocentos e dezessete reais e quarenta e um centavos), composto por R\$ 14.970.287,41 (quatorze milhões, novecentos e setenta mil, duzentos e oitenta e sete reais e quarenta e um centavos) destinados à área administrativa; R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para consultoria; e R\$ 3.241.530,00 (três milhões, duzentos e quarenta e um mil, quinhentos e trinta reais) para tecnologia da informação. Para a rubrica **Atividade Finalística**, projetou-se o valor de R\$ 6.449.440,00 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e quarenta reais), composto por R\$ 3.352.000,00 (três milhões, trezentos e cinquenta e dois mil reais) destinados a Ações

Precípuas/Pes, R\$ 2.497.440,00 (dois milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, quatrocentos e quarenta reais) para Comunicação, e R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para Apoio e Parceria. Projetou-se para a rubrica **Folha de Pagamento** o montante de R\$ 42.189.042,63 (quarenta e dois milhões, cento e oitenta e nove mil, quarenta e dois reais e sessenta e três centavos), composto por R\$ 12.275.045,34 (doze milhões, duzentos e setenta e cinco mil, quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos) destinados a Benefícios, R\$ 6.628.037,26 (seis milhões, seiscentos e vinte e oito mil, trinta e sete reais e vinte e seis centavos) para Obrigações Patronais e R\$ 23.285.960,03 (vinte e três milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, novecentos e sessenta reais e três centavos) referentes a Salários. Para a rubrica **Investimentos**, projetou-se o valor de R\$ 1.470.000,00 (um milhão, quatrocentos e setenta mil reais), composto por R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) destinados a Obras e Benfeitorias e R\$ 870.000,00 (oitocentos e setenta mil reais) para Aquisições. **Considerações da Plenária: 1)** O Plenário sugeriu que, na apresentação dos dados à categoria, sejam enfatizados os investimentos realizados em infraestrutura, melhorias internas e aquisição de equipamentos; a implementação da jornada de 30 horas e do modelo de trabalho híbrido; bem como os aportes destinados à realização de concursos públicos e ao projeto *CRP Acolhe*, voltado à qualificação do atendimento prestado. **2)** Propôs-se, ainda, que cada área de despesa seja associada aos respectivos resultados ou entregas, de modo a evidenciar, de forma objetiva, a destinação dos recursos provenientes das anuidades. Propõe-se também que na apresentação à categoria seja substituída a visão de “custo” pela percepção de “investimento e retorno para a categoria”. A Gerência de Administração e Tecnologia de Informação acrescentou que a apresentação das despesas por centro de custo está em conformidade com a recomendação do Conselho Federal de Psicologia (CFP). **3)** O Plenário sugeriu, ainda, que seja apresentado, na próxima plenária ordinária, a ser realizada em 16 de agosto de 2025, um painel sobre a abrangência do *chatbot* implantado, em razão das queixas atualmente manifestadas pela categoria. **2.5.) Proposta Anuidades 2026** - Tendo em vista a previsão de inflação para o ano de 2025, calculada em 5,2% pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), serão apresentadas à Assembleia duas propostas de reajuste das anuidades para o exercício de 2026. A **Proposta – Cenário I**, com reajuste de **5,18%**, considera o índice do INPC, calculado pelo IPEA, acumulado até o mês de junho de 2025. A **Proposta – Cenário II**, com reajuste de **5,32%**, toma como base o percentual do INPC acumulado até março de 2025, conforme aprovado na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), realizada em maio de 2025. Também foram consideradas as seguintes variáveis: i) o número total de profissionais inscritas/os e ativas/os: 165.512 (cento e sessenta e cinco mil, quinhentos e doze); ii) as isenções por idade, aplicáveis a profissionais com 65 anos ou mais: 18.766 (dezoito mil, setecentos e sessenta e seis); iii) as isenções previstas pela Resolução CFP nº 03/2007: 139 (cento e trinta e nove) profissionais; iv) a média de novas inscrições nos últimos três anos: 12.983 (doze mil, novecentos e oitenta e três) profissionais; v) a média anual de cancelamentos: 1.688 (mil, seiscentos e oitenta e oito); vi) o número de pessoas jurídicas (PJ) inscritas: 15.613 (quinze mil, seiscentos e treze), das quais 3.192 (três mil, cento e noventa e duas) são pagantes; vii) a média de inadimplência: 29,34% para pessoa física e 32,29% para pessoa jurídica. Nesse sentido, a Assembleia deliberará entre as Propostas I e II, conforme os seguintes cenários: **Proposta I**: prevê reajuste de **5,18%**, resultando em anuidade no valor de **R\$ 629,63** (seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e três centavos). Será concedido desconto de 20% para pagamento em parcela única no mês de janeiro, ou haverá

a opção de parcelamento em cartão de crédito ou boleto em até seis vezes. Para pagamentos realizados no mês de fevereiro, não haverá desconto para parcela única, permanecendo a opção de parcelamento em cartão de crédito ou boleto em até cinco vezes. **Proposta II:** prevê reajuste de **5,32%**, resultando em anuidade no valor de **R\$ 630,47** (seiscentos e trinta reais e quarenta e sete centavos). Será concedido desconto de 15% para pagamento em parcela única no mês de janeiro, ou opção de parcelamento em até cinco vezes no cartão de crédito ou boleto. Para pagamentos realizados no mês de fevereiro, será concedido desconto de 5% para parcela única, além da opção de parcelamento em até quatro vezes no cartão de crédito ou boleto. 2.5.1) Taxas e Emolumentos – A taxa de inscrição de pessoa física, atualmente fixada em R\$ 107,67 (cento e sete reais e sessenta e sete centavos), passará para R\$ 113,30 (cento e treze reais e trinta centavos) na Proposta I e para R\$ 113,39 (cento e treze reais e trinta e nove centavos) na Proposta II. A segunda via da CIP, atualmente no valor de R\$ 70,83 (setenta reais e oitenta e três centavos), será reajustada para R\$ 75,52 (setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos) na Proposta I e para R\$ 75,56 (setenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) na Proposta II. A taxa de inscrição de pessoa jurídica, atualmente com valor mínimo de R\$ 317,03 (trezentos e dezessete reais e três centavos) e máximo de R\$ 2.516,37 (dois mil, quinhentos e dezesseis reais e trinta e sete centavos), passará, na Proposta I, para R\$ 333,45 (trezentos e trinta e três reais e quarenta e cinco centavos) no valor mínimo, e R\$ 2.646,72 (dois mil, seiscentos e quarenta e seis reais e setenta e dois centavos) no valor máximo. Na Proposta II, os valores serão de R\$ 333,90 (trezentos e trinta e três reais e noventa centavos) e R\$ 2.650,24 (dois mil, seiscentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos), respectivamente. Para a renovação de registro de pessoa jurídica, cuja taxa atualmente é de R\$ 90,58 (noventa reais e cinquenta e oito centavos) no valor mínimo e R\$ 718,96 (setecentos e dezoito reais e noventa e seis centavos) no valor máximo, a Proposta I prevê reajuste para R\$ 95,28 (noventa e cinco reais e vinte e oito centavos) e R\$ 756,21 (setecentos e cinquenta e seis reais e vinte e um centavos), respectivamente. Já a Proposta II projeta os valores de R\$ 95,40 (noventa e cinco reais e quarenta centavos) e R\$ 757,21 (setecentos e cinquenta e sete reais e vinte e um centavos). **2.6) Receita Estimativa Para 2026** – Considerando os dois cenários distintos de anuidades e taxas a serem aplicados em 2026, previamente mencionados e que serão submetidos à deliberação da Assembleia, foram projetados os seguintes valores de arrecadação para o exercício: No cenário I, estima-se uma **Receita Total do Exercício de R\$ 92.546.939,43** (noventa e dois milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, novecentos e trinta e nove reais e quarenta e três centavos), composta por: Receita Corrente: R\$ 88.224.439,43; Receita de Capital: R\$ 1.850.000,00; Dotação Adicional por Fonte: R\$ 1.722.500,00. A Receita Corrente está distribuída da seguinte forma: Receita de Contribuições: R\$ 78.406.605,73; Receita Patrimonial: R\$ 4.626.864,41; Receita de Serviços: R\$ 2.310.325,50, e Outras Receitas Correntes: R\$ 2.880.643,79. A Receita de Capital refere-se a alienações e operações, enquanto a Dotação Adicional por Fonte corresponde ao *superavit/excedente* de arrecadações anteriores. No cenário II, estima-se uma **Receita Total do Exercício de R\$ 92.951.712,49** (noventa e dois milhões, novecentos e cinquenta e um mil, setecentos e doze reais e quarenta e nove centavos), composta por: Receita Corrente: R\$ 90.035.305,48; Receita de Capital: R\$ 1.850.000,00, e Dotação Adicional por Fonte: R\$ 316.407,01. A Receita Corrente está assim distribuída: Receita de Contribuições: R\$ 79.963.577,99; Receita Patrimonial: R\$ 4.626.864,41; Receita de Serviços: R\$ 2.564.218,29, e Outras Receitas Correntes: R\$

2.880.644,79. Assim como no cenário I, a Receita de Capital refere-se a alienações e operações, e a Dotação Adicional por Fonte ao *superavit/excedente* de arrecadações anteriores.

Encaminhamento: O Plenário tomou conhecimento da apresentação orçamentária, considerando que os dois cenários foram aprovados na Plenária realizada em 19 de julho de 2025. Em seguida, aprovou o relatório orçamentário apresentado.

III) LEILÃO IMÓVEL DE CAMPINAS – Informa-se que será comunicada à Assembleia a realização do leilão do imóvel onde funcionava a antiga Subsede de Campinas, localizado na Rua Frei Manoel da Ressurreição, nº 1247, Jardim Guanabara, Campinas/SP. A Assembleia Geral Orçamentária de 2023, realizada em 4 de agosto de 2023, aprovou a alienação do referido imóvel. Em 2024, em razão da presença de mobiliário obsoleto ainda armazenado no local, a Unidade de Licitações do CRP pôde dar andamento ao processo de leilão. Contudo, somente em abril de 2025 o imóvel foi efetivamente esvaziado, após a doação do mobiliário, realizada por meio de edital, à ONG “Instituição Rede Cultura Beija Flor”. Dessa forma, em junho de 2025, foram contratadas três consultorias especializadas para a realização da avaliação mercadológica do imóvel. Até o momento, dois laudos de avaliação foram concluídos, estimando-se um preço médio de R\$ 1.100.195,50 (um milhão, cem mil, cento e noventa e cinco reais e cinquenta centavos). A previsão é de que o edital do leilão seja publicado entre os dias 10 e 20 de outubro de 2025, com realização prevista entre os dias 20 e 30 de novembro de 2025.

IV) LEILÃO IMÓVEL DE ASSIS – Informa-se que também será submetida à apreciação da Assembleia a proposta de alienação do imóvel localizado no município de Assis/SP. Em março de 2022, por meio de processo licitatório, foi contratada uma empresa de engenharia para a realização de reforma completa no referido imóvel. Contudo, em março de 2023, a empresa declarou falência e abandonou a obra com apenas 30% dos serviços executados. Diante dessa situação, em setembro de 2023 foi realizada contratação emergencial com o objetivo de preservar a estrutura do imóvel, por meio da execução de serviços como impermeabilizações, instalação de drenos e correção da cobertura. Ainda assim, considerando o valor de mercado atual do imóvel, estimado em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e o custo estimado para sua reestruturação, superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), sugere-se que a Assembleia delibere sobre a viabilidade de desfazimento do bem, por meio de leilão.

V) APROVAÇÃO DA ATA – As/os conselheiras/os presentes sancionam a ata desta 2.505ª Sessão Plenária Ordinária, nos termos registrados. Nada mais havendo a tratar, a senhora conselheira presidenta Maria da Glória Calado deu por encerrada a sessão às vinte horas e trinta e cinco minutos, da qual eu, Ana Tereza da Silva Marques, conselheira secretária, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada.

São Paulo, 8 de agosto de 2025.

Ana Tereza da Silva Marques		Dreyf de Assis Gonçalves
Eduardo de Menezes Pedroso		Ione Aparecida Xavier
Janaina Darli Duarte Simão		Maria da Glória Calado

Maria da Piedade Romeiro de Araujo Melo		Marta Eliane de Lima
Mônica Cintrão França Ribeiro		Talita Fabiano de Carvalho



Documento assinado eletronicamente por **Talita Fabiano de Carvalho, Conselheira(o) Presidenta(e)**, em 08/09/2025, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo de Menezes Pedroso, Conselheira(o) Tesoureira(o)**, em 08/09/2025, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marta Eliane de Lima, Conselheira(o)**, em 11/09/2025, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dreyf de Assis Gonçalves, Conselheira(o)**, em 15/09/2025, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mônica Cintrão França Ribeiro, Conselheira(o)**, em 16/09/2025, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janaina Darli Duarte Simão, Conselheira(o)**, em 18/09/2025, às 07:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ione Aparecida Xavier, Conselheira(o)**, em 18/09/2025, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria da Glória Calado, Conselheira(o)**, em 19/09/2025, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria da Piedade Romeiro de Araujo Melo, Conselheira(o) Suplente**, em 19/09/2025, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Tereza da Silva Marques, Conselheira(o)**, em 19/09/2025, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2400964** e o código CRC **5202F273**.
